

A PROTO TEORIA RACIAL DO JOVEM KANT

THE PROTO RACIAL THEORY OF THE YOUNG KANT

LEONARDO RENNÓ RIBEIRO SANTOS¹
(Universidade Federal de Lavras/Brasil)

RESUMO

Trata-se de avaliar os esforços de Kant na composição de uma teoria das raças humanas durante a fase inicial do seu curso universitário de geografia física. Enquanto o manual de geografia física (Ms Holstein) testemunha um conjunto concatenado de observações antropológicas orientadas pela questão racial, as notas de Herder sobre essas lições (V-PG/Herder) evidenciam a execução de um programa vigoroso de pesquisa racial que se encontra vinculado ao direcionamento filosófico da investigação científica defendido no ensaio *O Único Argumento* (BDG). Lidos em conjunto, esses textos revelam uma proto teoria kantiana das raças, filosoficamente embasada e, não menos importante, comprometida com a mentalidade racista da época.

Palavras-chave: Kant; Geografia física; Antropologia; Teoria das raças; Racismo.

ABSTRACT

The article evaluates Kant's efforts to compose a theory of human races during the early stages of his academic course on physical geography. While the physical geography manual (Ms Holstein) shows a concatenated set of racially oriented anthropological observations, Herder's notes on these lectures (V-PG/Herder) evidence an execution of a vigorous racial research program that is linked to the philosophical guidance for scientific investigation defended in the essay *The Only Possible Argument* (BDG). Read together, these texts reveal a Kantian proto theory of races, philosophically grounded and, not least, committed to the racist mentality of the time.

Keywords: Kant; Physical geography; Anthropology; Racial theory; Racism.

Introdução

A teoria kantiana das raças humanas é talvez o tópico científico mais polêmico entre a variedade de controvérsias que Kant colecionou durante toda sua carreira. O capítulo mais conhecido dessa polêmica pode facilmente ser narrado a partir dos seus esforços em tornar admissível o conceito científico de uma raça humana. A *Determinação do Conceito de uma Raça Humana* (1785)² é em grande medida uma especificação do argumento central do ensaio *Das Diferentes Raças Humanas* (1777) em resposta à recepção crítica da comunidade erudita (BBM, 8: 91), em

particular a rejeição que Herder faz do conceito de raça, “esse termo ignóbil [unedle]” (Herder, Vol. I, 1869, 110). Já *Sobre o Uso de Princípios Teleológicos em Filosofia* (1788) é uma reação kantiana à crítica de Georg Forster (ÜGTP, 9: 160) ao seu conceito de raça e também ao herderianismo em que essa crítica se escora.

Esse capítulo não é o único. No que, em toda essa polêmica, concerne à rivalidade entre Kant e Herder, convém lembrarmos que lidamos aqui com um eco mais comentado de um momento precioso da questão racial, para ambos os filósofos. Como observa Erdmann, esses ensaios kantianos, assim como as duas resenhas que preparou sobre as *Ideias para a História da Humanidade*, “trabalho do seu antigo e mais importante aluno [, têm] suas raízes iniciadas nos cursos de Kant sobre geografia física no início dos anos sessenta” (ERDMANN, 1882, 55). Bem compreendida, a polêmica sumariza o aspecto mais conflituoso de uma antiga relação intelectual, que remonta ao início dos trabalhos de Kant em história natural e à descoberta que Herder fazia dessa área de conhecimento.

Se nos fiarmos nessa explicação, porém, somos conduzidos a pensar que o surgimento da questão racial em Kant se deu no mesmo período em que Herder iniciou seus estudos universitários no começo dos anos 1760. E mais, que essa questão teórica se manteve periférica até Kant ter encontrado “tempo para trabalhar a questão das raças humanas no programa dos cursos de 1775” (idem, 54). Essa avaliação sumária antecipou a tônica dos estudos posteriores que versariam sobre a questão racial em Kant. Adickes reconhece esse longo hiato e apenas admite para exame os três ensaios sobre as raças (ADICKES, 1925, 406), destacando seu exclusivo valor científico (idem, 459). Schönfeld acompanha a datação e a avaliação de Erdmann, defendendo que os textos kantianos dessa época, nos quais a questão racial emerge com um teor declaradamente racista, “não integraram o projeto pré-crítico de uma filosofia unificada da natureza. As opiniões racistas de Kant, portanto, revelam as deficiências do homem, mas não as falhas de sua filosofia” (SCHÖNFELD, 2000, 124). Terra admite essa argumentação ao defender que a questão racial nasce expatriada da filosofia kantiana pré-crítica. Para ele, a etnografia de Kant tem, desde o início, “um estatuto teórico diferente tanto da ciência propriamente dita como da filosofia prática” (TERRA, 2010, 307). Daí sua conclusão de que o racismo kantiano destilado em seus textos antropológicos não teria contaminado “o universalismo dos conceitos filosóficos, mesmo no período pré-crítico” (TERRA, 2010, 310). Por fim, Lagier faz coro com esses especialistas ao taxar de temático o interesse inicial de Kant nas raças: “os cursos de *geografia física*, continuamente embelezados por considerações sobre as formas e os costumes dos homens

sobre o globo, começaram logo no início da carreira professoral de Kant, nos anos 1750” (LAGIER, 2004, 10). Apenas posteriormente, ele argumenta, pode-se constatar no conceito de raça a conexão sistemática “de um projeto mobilizado pelas exigências internas do sistema kantiano em formação” (LAGIER, 2004, 11).

Essas interpretações compartilham de uma mesma chave de leitura sobre o material geográfico em que *emerge* a questão racial em Kant. Trata-se de observações extemporâneas e desconexas, que repercutem a mentalidade racista do período sem, contudo, contaminar a orientação filosófica fundamental que começava a despontar no pensamento kantiano. Há, contudo, uma brecha nesse panorama que nos autoriza o seu reexame. Lagier recua a datação inicial, admitindo que a diversidade humana integrou os interesses kantianos durante a década de 1750, no período em que, de fato, o manual de geografia física, o *Ms Holstein*, foi composto (1757-59). Isso estabelecido, podemos interrogar as observações antropológicas do início da década seguinte não como fortuitas ou temáticas, mas como indícios importantes de um problema teórico seriamente considerado pelo jovem Kant. Além disso, a admissão dessa questão no início do pensamento kantiano também autoriza a reavaliação da postura racista de Kant, na qual emerge não uma vítima do racismo ínsito à mentalidade iluminista, mas um notável articulador dela.³

Para a demonstração desses dois pontos conectados, argumentarei em favor da existência de uma *proto teoria racial*, identificável na subseção *Dos Seres Humanos* que compõe a Parte II do *Ms Holstein*. Mostrarei, também, que ela ganha respaldo na aplicação teórica dos conceitos de *contingência* e *perfeição* que são formulados no interior do programa kantiano de pesquisa proposto no ensaio *O Único Argumento* (1763). A confirmação dessa interpretação será fornecida na segunda seção com um exame das notas herderianas do curso de Kant sobre geografia física. Por fim, na última seção serão examinadas as figuras históricas do filósofo negro Anton Amo e do general negro Abram Hannibal como dois contraexemplos conhecidos durante a primeira fase do curso kantiano de geografia física. Isso confirmará o vínculo que a proto teoria kantiana das raças estabeleceu com seus princípios filosóficos pré-críticos e o compromisso racista que o promissor filósofo firmou com a mentalidade eurocêntrica.

A Proto Teoria Kantiana das Raças

Na abertura do ensaio sobre o vínculo entre teoria e prática, Kant fornece uma definição do que ele entende por *teoria*: “Chama-se teoria um

conjunto de regras, mesmo práticas, caso essas regras sejam pensadas como princípios numa certa universalidade e aqui abstraídas de uma quantidade de condições que, não obstante, têm influência necessária sobre sua aplicação” (TP, 8: 275). Originalmente concebida no bojo de uma crítica à ideia de utilitarismo na moral, essa definição também se presta ao esclarecimento geral de uma teoria científica aplicada a diversos âmbitos investigativos. Para Kant, seja qual for a particularidade de uma teoria, ela se define como tal pelas regras concatenadas capazes de explicarem a ocorrência de certos eventos no interior de um campo de investigação.

Não forçaremos essa letra kantiana se a aplicarmos aos seus primeiros esforços na compreensão da espécie humana. A organização dos fenômenos na Parte III do *Ms Holstein* delimita a universalidade visada na investigação antropológica: trata-se de inspecionar na ampla literatura naturalista o escopo da diversidade de grupos humanos. O objetivo aqui não é reproduzir algo como um gabinete de curiosidades, mas viabilizar um sistema capaz de aguçar “a curiosidade racional de um viajante que em toda parte procura coisas notáveis, estranhas e belas, que compara as observações coletadas e que reflete sobre seu plano” (EACG, 2: 3). É razoável supor que o jovem Kant tenha empregado essas competências – identificação, comparação e reflexão – na organização do material bibliográfico que objetiva, no fim, estimulá-las nos alunos. Podemos aceitar, então, que a exposição das observações na Parte III do *Ms Holstein* seja suficientemente metódica para permitir um arranjo teórico delas.

No entanto, as explicações oferecidas nessa parte não atendem sozinhas ao que se espera de uma teoria em termos de coesão de princípios. Isto é, que num sistema visado o conjunto de regras obtidas não resulte num “mero agregado contingente” (KrV B 673); ou, no mínimo, que sua agregação inicial possa, não obstante, apontar para uma conexão natural entre as regras. De fato, as explicações kantianas nessa parte do seu manual se referem em sua grande maioria à diversidade humana, mas a articulação entre elas, sua conexão teórica, nunca é diretamente tratada. Isso ocorre porque a própria ideia de território basta, aqui, como ponto de agregação entre as informações, o nexos delas, e por conseguinte das explicações que as acompanham, é topográfico.⁴ A tarefa de articular os princípios de investigação, de buscar a conexão necessária entre as regras antropológicas que cada região terrestre ou país permite descobrir é realizada em outra parte, na subseção *Dos Seres Humanos*.

Aqui, encontramos um arranjo teórico bastante eficiente na operacionalização de dois conceitos metafísicos, contingência e perfeição, no interior de uma aplicação da *teoria monogenética* (SMITH, 2005, 113). O recurso à contingência aparece logo no início da subseção, na correlação

entre a diversidade de regiões terrestres e de tipos humanos, pensada não em termos descritivos, mas fundamentalmente históricos (PG, 9: 162). A apresentação geográfica da diversidade de tons da pele humana que inicia a subseção não se resume a uma confirmação de sua variedade atual, mas visa à identificação de um regramento natural que os traços regionais contingentes camuflam. Daí a regra de que a variação das cores segue uma gradação de tonalidades que, partindo da zona temperada progride em seu afastamento, tendendo a uma identidade de efeitos nos pontos extremos, zonas polares e tropicais. “Dado que as cores dos seres humanos atravessam todos os tons de amarelo, moreno, moreno escuro terminando no preto nas zonas quentes, é certo então ver que o calor dos *climas* é o responsável por isso” (V-PG/Holstein, 26: 90).⁵

Essa regra antropológica não se aplica a um fenômeno exclusivo, a cor da pele humana, já que outras características inatas também são explicadas com sua ajuda, por exemplo a diferença não menos contingente de estatura ou de paixões. Sobre a semelhança de traços físicos identificada nos trópicos e polos, Kant diz de seus habitantes que “seu corpo é semelhante ao crescimento de árvores. Ele é pequeno, suas pernas são curtas; eles têm um rosto largo e chato” (V-PG/Holstein, 26: 86). Quanto aos traços anímicos, Kant observa sobre o habitante dos trópicos que “a faculdade de imaginação despertada também faz com que ele seja com frequência ousado; mas o ardor logo passa e a timidez reassume seu lugar” (V-PG/Holstein, 26: 95). Já nos povos do extremo norte “seu clima não oferece estímulos tão fortes para a volúpia” (V-PG/Holstein, 26: 96). Aqui, como na maioria dos fenômenos considerados na subseção, trata-se de variadas acomodações da fisiologia humana à diversidade climática que podem resultar na aquisição de características não previstas na origem (a pigmentação diversa da pele humana, os traços peculiares do rosto, as diferentes estaturas, mesmo a aparência malsã), tanto quanto em estímulos e bloqueios de características originalmente dadas (a expressão diversa do desejo e da inteligência, por exemplo).

Já a perfeição desempenha a função de tornar inteligíveis a demonstrada conservação das características previstas na origem e a não menos notada fixação daquelas adquiridas pelos indivíduos, tornando-as traços característicos pelos quais uma população é no presente conhecida. Kant emprega explicitamente o conceito quando oferece uma descrição etnográfica sumária das propriedades inatas das principais populações. Sobre as nações orientais, diz Kant, “a sua maior perfeição [*perfection*] é assim arranjada: um rosto chato e amplo na parte superior e estreito na inferior, quase nenhum nariz que se destaque na face, olhos pequenos, sobrelhas extremamente grossas, cabelo preto” (V-PG/Holstein, 26:

92). Mais adiante na sua descrição dos habitantes da América Central, “as pessoas se tornam maduras muito cedo, mas elas não ultrapassam essa média em entendimento. Todos os habitantes da zona quente são excepcionalmente preguiçosos. Em alguns a preguiça é algo moderada pelo governo ou coação” (V-PG/Holstein, 26: 94). Por fim, na porção final da rubrica, “o habitante da zona temperada em especial da parte central é mais belo de corpo, mais trabalhador, mais engraçado, mais regular em suas paixões e mais sensato do que um outro gênero de ser humano no mundo” (V-PG/Holstein, 26: 96).

O manejo estratégico que o jovem Kant faz do conceito de perfeição nesse breve recorte de suas descrições etnográficas viabiliza a identificação da homogeneidade com que se mostram as características variáveis, tanto físicas quanto anímicas, no interior dos grupos humanos. Isso é obtido à força de uma redução radical das observações antropológicas apresentadas na Parte III do manual. Nesse caso, a *diferença* entre as populações ganha um realce vantajoso no artifício de uma aproximação didática entre elas que a exposição segundo os territórios terrestres esmaecia. Mas a perfeição cumpre aqui uma segunda função, não menos declarada. Essas diferenças delineadas são reinscritas em termos de uma *verticalização* das populações a partir da admissão de que, embora diversamente desenvolvidos, todos os atributos humanos se referem a uma e mesma espécie pensada como um todo (BANTON, 2010, 129). O que impera nesse caso é a ideia de uma *hierarquia* cujas balizas são a vizinhança da animalidade, exemplificada nos povos da terra (V-PG/Holstein, 26: 237), e as experiências civilizatórias, expressas nos povos da zona temperada: “por isso esses povos instruíram e derrotaram com armas os outros através dos tempos (...), os europeus após a descoberta de Colombo colocaram em espanto todas as terras do sul por meio de suas artes e armas” (V-PG/Holstein, 26: 96).

Enquanto o conceito de contingência permite que a empiria seja investigada sem qualquer ônus sobrenatural, o que inescapavelmente ocorre quando se admite a intervenção divina na natureza, a perfeição torna compreensível a constância e semelhança de certos fenômenos contingentes e distintos, tomando-os, por conseguinte, como indícios de um desígnio divino. É à tese monogenética que compete a explicação empírica desses sinais em termos de *degeneração* a partir de um tipo original (SMITH, 2015, 120). A importância dessa tese na argumentação em *Dos Seres Humanos* ganha relevo nas observações kantianas sobre as peculiaridades da cor preta dos negros e de suas causas possíveis. A breve revisão da literatura sobre essa cor sugere que todo o espectro cromático identificado não passa de degenerações distintas da cor original branca ou clara. Fenômeno que as diferentes populações experimentaram em reação

às particularidades da pressão ambiental continuada durante a migração humana sobre a superfície terrestre e cuja modificação fisiológica se revela *estranhamente* hereditária.

Kant reconhece a dificuldade em explicar a constância de um fenômeno tão *contingente* quanto a variedade de cores da pele. “Mas como uma coisa tão aleatória quanto a cor pode ser assimilada não é tão fácil de explicar” (V-PG/Holstein, 26: 91). Ele sabe, porém, que sua explicação deve ser encontrada no domínio das leis empíricas naturais⁶, e não no da teologia. “Mas não há qualquer fundamento que possa levar a que a cor preta e não a branca deva ser um sinal de maldição” (V-PG/Holstein, 26: 90). Daí seu recurso à fisiologia na admissão de uma modificação da derme ou epiderme – “muitos fisiólogos acreditam que isso derive da epiderme e da matéria preta com que ela é tingida, já outros do *corpo reticular*” (V-PG/Holstein, 26: 90) –, e também à geografia, que admite a diversidade climática como a causa básica da variedade de tipos humanos. Kant é enfático sobre isso. Trabalhamos com um grupo análogo de fenômenos que atravessa todo o reino animal, e sua compreensão apenas pode ser obtida mediante exame das diversas degenerações que a *forma* e os *costumes* dos animais permitem discernir:

Quando se pergunta sobre as causas das diversas formações e do natural implantados num povo, deve-se dar atenção apenas às degenerações dos animais tanto em sua forma quanto em seus costumes, tão logo eles são levados para um outro clima ali outro ar, alimento etc. produzem dessemelhanças em sua descendência (V-PG/Holstein, 26: 96).

A tese monogenética não serve, portanto, exclusivamente para o exame das cores da pele humana, que apenas ganham destaque no manual por se revelarem a nota característica *mais manifesta* das diversas degenerações sofridas pela espécie humana (LAGIER, 2004, 120). A rigor, a monogênese fornece sobretudo um ponto de convergência teórico para as regras antropológicas ou, ainda, um campo de explicações coesas no domínio da natureza para as diferentes trajetórias das populações pensadas à luz de uma mesma história compartilhada pela humanidade. É assim que conseguimos identificar nas entrelinhas da subseção *Dos Seres Humanos* uma proto teoria racial, apoiada na organização independente e original que Kant faz do material bibliográfico naturalista no seu manual de geografia física.

Mais ainda, essa proto teoria racial não se resume a um exercício teórico de principiante, sem maiores consequências para a formulação do

pensamento kantiano do período. É isso que mostra o entrelaçamento dos princípios de contingência e de perfeição no domínio da investigação antropológica conduzida durante a formulação inicial do sistema geográfico. E será isso que se confirmará em sua integração no extenso programa de pesquisa a ser proposto em *O Único Argumento*.

A relevância desse ensaio responsável por estabelecer “a reputação de Kant na Alemanha como um filósofo maior” (WALFORD, 1992, lx) ganhou a atenção da crítica especializada mais de uma vez. São vários os estudos que buscam compreender a magnitude da sua proposição de um aprimoramento do método físico-teológico na filosofia. Segundo o anúncio no próprio título, o eixo da longa argumentação desenvolvida nesse ensaio é o problema teológico, cujo tratamento é marcado por uma “*profunda unidade e continuidade*” (THEIS, 2001, 9). Contudo, o que deve nos interessar não é o aspecto ontológico desse problema, mas sim o científico, ou melhor, o “valor altamente programático” (THEIS, 2001, 84) do método filosófico proposto para a condução das pesquisas empíricas. Ao responder à prova ontológica leibniziana, Kant elaborou uma nova *prova radical* da existência de Deus que, “no fundo, trata-se da mesma prova, posicionada em dois horizontes diferentes, um ligado à redefinição kantiana da teologia, o outro à sua redefinição da história natural e da epistemologia” (HUNEMAN, 2009, 57). É esse segundo horizonte, inexplorado no que concerne à antropologia kantiana do período, que nos interessa entender em suas linhas gerais.

A perspectiva científica assumida no ensaio pode ser sumarizada no esclarecimento de duas regras gerais, a da *razão saudável* e do *princípio do melhor*, e na formulação de um método filosófico *purificado*. As duas primeiras regras se encontram intimamente articuladas na quarta consideração da seção dois, com o objetivo de limitar ao máximo o recurso tradicional à contingência divina na explicação da contingência física. A intervenção divina no mundo é até possível, embora miraculosa o bastante para confirmar uma dupla identidade, entre a unidade da natureza e das leis naturais, “gerais e particulares” (BDG, 2: 110), e dessa unidade fundamental com o “decreto” divino pelo qual o universo foi criado (idem, 109). É salutar que o desconhecido nos fenômenos naturais seja buscado no regramento coeso da natureza antes que em alguma causa sobrenatural. Não menos saudável é a admissão de que a perfeição do universo não depende da intervenção pontual do Criador para ocorrer, mas do desígnio pelo qual foi criado. Assim, o bem não é detectado na ordem natural modificada pela vontade divina, a natureza é em si mesma teologicamente neutra, sendo essa ordem apenas vista como boa na medida em que possibilita a realização do fim visado, esse sim *imediatamente bom*. O

princípio do melhor assegura, então, que “os fins perfeitos sejam obtidos do modo mais correto mediante esse encadeamento natural sem muitos milagres” (BDG, 2: 110).

Quanto ao método da filosofia purificada, Kant o define com o auxílio de uma regra sempre observada no domínio da aplicação, embora nem sempre formalmente apresentada. Essa regra apregoa que a unidade da natureza deve ser preservada, tanto quanto possível, na pesquisa das causas de efeitos dados ou, ainda, que “os diversos efeitos sejam deduzidos de um único e já conhecido fundamento e que para diferentes efeitos não sejam rapidamente admitidas diferentes causas novas e eficientes devido a uma grande dessemelhança manifesta” (BDG, 2: 113). Com essa explicação, mais adiante no texto formulada em termos de “lei de economia na natureza” (BDG, 2: 134), Kant acrescenta ao que havia exposto nas duas regras anteriores um direcionamento metodológico para a investigação empírica: que a diversidade de efeitos observados encontre na unidade das leis naturais a via segura para identificação de uma ou, no mínimo, poucas causas básicas.

É notável que os exemplos apresentados em favor desse direcionamento metodológico sejam, em sua grande maioria, extraídos da história natural. Sua exemplaridade, porém, não decorre da solução que eles trazem, como ocorre no abandono da teoria cartesiana dos turbilhões provocado pela teoria gravitacional newtoniana (BDG, 2: 113). O que os exemplos mobilizados oferecem é a confirmação do princípio básico de investigação que o exame deles propicia. Por exemplo, Kant observa que o problema da geração natural segue irresoluto e que os argumentos em disputa “são de ordem metafísica” (BDG, 2: 114). Ou seja, a origem dos produtos orgânicos é inteiramente sobrenatural, semelhante à origem divina do universo criado, e que no domínio da investigação empírica a *filosofia natural* age melhor ao “conceder às coisas naturais uma possibilidade maior de produzir seus efeitos segundo leis gerais” (BDG, 2: 115). Com isso, Kant não desqualifica a disputa metafísica, apenas observa que sua solução *também* depende de um princípio empírico de investigação pautado no método da filosofia purificada.

A questão da natureza organizada retorna na terceira seção da sexta consideração da segunda parte, quando Kant resume em seis regras a aplicação do método aprimorado da físico-teologia. A regra três dita que a unidade necessária discernida na natureza deve se estender até a natureza orgânica e, no caso da estrutura animal, “pode-se assumir a existência de uma simples disposição dotada de uma aptidão fecunda para produzir numerosos efeitos vantajosos, ali onde inicialmente preferiríamos encontrar variadas combinações particulares como necessárias” (BDG, 2: 126). E

ainda ajunta: “essa atenção é bastante conforme com a filosofia tanto quanto vantajosa às conclusões físico-teológicas”. Em suma, toda investigação empírica que se paute no conjunto de diretrizes teóricas propostas pelo método aprimorado da físico-teologia atende aos critérios exigidos pela filosofia purificada, ao mesmo tempo que os confirma, integrando-se potencialmente ao programa de pesquisa proposto em *O Único Argumento*.

É inegável que a proto teoria kantiana das raças atende a essas diretrizes teóricas. A começar pela disposição metódica da série de observações sobre os seres humanos que compõe a Parte III do *Ms Holstein*. Seu arranjo topográfico permite que a diversidade humana seja considerada de modo suficientemente ordenado para que as dessemelhanças entre as populações espalhadas pelo globo terrestre admitam, não obstante, alguma forma de regramento. Mas é na subseção *Dos Seres Humanos* da Parte II que a conexão teórica entre as observações antropológicas se concretiza de fato. Vimos que a regra fundamental sobre a diversidade humana confere uma proporção direta entre a natureza do clima e as características físicas e anímicas dos indivíduos. Ou seja, a variedade humana não é tão diversa a ponto de que a especificidade ambiental numa mesma região não resulte numa homogeneidade característica dos indivíduos que nela se encontram. A rigor, a estabilidade dos traços peculiares a cada população autoriza a suposição de que ao menos algumas dessas características não resultam de uma resposta fisiológica imediata à pressão ambiental, mas dessa resposta fixada ao longo de gerações, transmitida, portanto, hereditariamente. Segundo Kant, essa curiosa preservação de características contingentes não ocorre com apenas um único fenômeno e sim com vários, desde a conformação dos traços faciais e da estatura até atributos anímicos como a vivacidade ou intelecto, ainda que essa constância seja notavelmente manifesta, e passível de *experimentação*⁷, na pigmentação variável da pele.

As diferentes cores da pele humana – branca, amarela, vermelha e preta – não apontam para uma diversidade de causas cutâneas, mas para um mecanismo fisiológico coeso, sempre vantajoso em termos de preservação da economia animal dos indivíduos, que reage diversamente e em rigorosa conformidade com as particularidades climáticas. É isso que assegura a Kant que uma mesma lei antropológica geral pode explicar os fenômenos diversos de uma mesma aptidão fisiológica, embora a formulação dessa lei seja ainda dificultada pelo conjunto amplo de variáveis que a investigação antropológica deve considerar em simultâneo. Por sua vez, a estabilidade garantida pelas quatro cores da pele humana confirma a admissão de uma natureza humana básica a todas as populações

conhecidas, mesmo se as expressões locais desses traços fundamentais se encontrem condicionadas por contextos específicos. É precisamente essa ampla *contingência* de uma mesma natureza que convida à suposição de que as variações físicas e anímicas sejam vistas como degenerações de um tipo fundamental, e que a diversidade de grupos exprima a diversidade de perfeições específicas que se unificam de modo escalonado na *perfeição* da espécie pensada em geral.

Vemos, assim, que o primeiro arranjo teórico das regras antropológicas e a organização metódica do material bibliográfico que compõem o sistema geográfico kantiano atendem satisfatoriamente às exigências em breve formuladas no seu método aprimorado da físico-teologia. Ao reunir sob um único fundamento a variedade de fenômenos antropológicos e de suas leis particulares, a monogênese permitiu que as primeiras linhas de uma teoria racial não só integrassem, como, a rigor, apoiassem a filosofia que Kant desenvolvia. As notas herderianas do curso sobre geografia física do início da década de 1760 demonstram que a proto teoria kantiana das raças não constituiu um fenômeno teórico isolado, apenas posteriormente retomado, mas que pertenceu às investigações antropológicas que também caracterizaram o pensamento kantiano dessa época.

As notas geográficas de Herder

Kant já contava com sete anos de trabalho acadêmico quando em 1762 admite em seus cursos um jovem estudante recém chegado a Königsberg (NARAGON, 2015, 40). Durante a estadia acadêmica de Herder sabemos que Kant ministrou seu curso de geografia física duas vezes, entre 1763-64 e 1764. Também sabemos que logo após sua chegada em Riga, Herder passou a lecionar sobre geografia física, assunto que ganharia destaque nas suas obras, como demonstrado na polêmica com Kant durante a década de 1780. Isso por si só indica o poder de atração que as lições geográficas de Kant, em especial aquelas reservadas ao fenômeno antropológico, causaram no espírito de Herder, e, da mesma maneira, explica o seu interesse em anotá-las.

Vistas no geral, as notas herderianas atendem à organização dos assuntos propostos no manual de geografia física: três partes específicas, cada uma responsável por agrupar as observações referentes à descrição dos aspectos físicos do globo terrestre, ao exame dos reinos da natureza e ao conhecimento dos territórios terrestres. Por sua vez, quando examinadas mais de perto, essas notas destacam elementos novos e rearranjos da composição original. Diferente do *Ms Holstein*, encontramos nas notas uma

seção introdutória às três partes, um encurtamento das seções referentes à segunda parte e uma interrupção abrupta das notas após a descrição da região asiática.

Na seção introdutória encontramos uma anotação de Herder sobre a tripla abordagem da geografia indicada por Kant, *matemática, política e física* (HERDER 4º, 157)⁸. O que é interessante nesse caso é o destaque sobre as duas últimas áreas, política e física em detrimento da matemática, uma observação que antecipa a reordenação da investigação antropológica tornada pública dois anos depois (NEV, 2: 312). Essa inovação é realçada na seguinte nota: “aqui o ser humano natural: os costumes, felicidade e juízos de gosto naturais dos selvagens [são] bastante esclarecedores, a partir dos tipos [*Artungen*] de raças humanas nossa própria natureza é descoberta” (HERDER 8º, 1). É digno de nota a preeminência que será atribuída à antropologia durante o curso de geografia física e ainda mais notável que essa investigação passará a contar com o exame racial para o conhecimento da natureza humana, conceito que faz aqui muito provavelmente sua estreia no curso de geografia física.

A segunda parte das notas de Herder se encontra baseada nessa preponderância concedida à investigação antropológica em comparação com as outras espécies animais e botânicas: treze páginas dedicadas aos seres humanos, seis páginas reservadas a todos os outros animais e nenhuma às plantas. Além disso, a organização dessas páginas realça o objetivo antropológico fundamental ao propor apenas três grupos de observações, um deles inclusive novo em relação às rubricas previstas no manual. Enquanto a subseção original *Dos Seres Humanos* se organizava ao redor de sete rubricas específicas, as anotações de Herder se concentram no que seriam as primeira e terceira rubricas originais (as diferentes conformações e cores humanas ao redor do globo terrestre e as causas da cor preta da pele humana) e uma terceira rubrica que introduz a noção de *caráter das nações* para organizar, além dos traços naturais das populações, sua diversidade de costumes (modificações corporais, alimentação, gostos) que as três últimas rubricas da subseção original *Dos Seres Humanos* apresentavam separadamente.

O primeiro grupo de observações que Herder anota no que seria essa Parte II se organiza ao redor da regra antropológica sobre a relação direta entre clima e compleição humana. Kant explica que a razão para que a África tenha se mantido intocada (*unvermischt* é o termo empregado) durante tanto tempo é seu isolamento geográfico. A dificuldade de acesso de outros grupos após a chegada dos primeiros seres humanos nessa região possibilitou a preservação dos traços originais dos africanos, dentre os quais “a cor original do clima” (HERDER 8º, 55). Isso fez com que “só essa raça

exista ali" (HERDER 8º, 54). O mesmo ocorre no continente americano, "ele também é separado e ali também não ocorre nenhuma migração de povos" (HERDER 8º, 58) e na América a cor é "vermelha, embora um vermelho acobreado" (HERDER 8º, 53). Além dessas duas cores, Kant também admite a "Índia oriental, cor oliva" e na "Europa, branco e moreno" (HERDER 8º, 53), embora aqui o intenso movimento humano ocorrido na eurásia traga dificuldades para a identificação das cores originais do clima.

Herder anota a caracterização de quatro grupos de traços originais assim. "América do norte: também belo, o homem é bastante audaz, grande, regular" (HERDER 8º, 53). Nessa mesma faixa terrestre que atravessa o continente asiático se encontra também "a feição calmuca, particularmente original, tão curiosa quanto o negro: feição achatada, espichada mas larga e olhos brilhantes, barba no queixo, lábios delgados, nariz pequeno" (HERDER 8º, 53). Já sobre os negros, Kant observa que "alguns são habitualmente bem formados, por ex., no Senegal (...). Pelo contrário, os hotentotes têm um rosto tolo, achatado, lábios de salsicha, quase macacos" (HERDER 8º, 54). Por fim, Herder anota o grupo mais bem representativo da humanidade: "nas zonas temperadas: as mais bem formadas figuras humanas" (HERDER 8º, 53).

Kant acrescenta na sequência dessa observação que "as raças humanas foram no passado parcialmente misturadas", de modo que as características originais se alteraram. Mais adiante, na parte dedicada ao caráter das nações, Kant retoma essa ideia com a constatação de que "os caracteres nacionais são bastante misturados, talvez por isso [tenham] poucas diferenças" (HERDER 8º, 62). Não se trata de meras alterações, mas de uma tendência à homogeneidade de característica que, aos olhos de Kant, é indesejável. Isso aparece no exemplo que ajunta à sua apresentação das figuras harmoniosas encontradas nas zonas temperadas: "bem antes da migração dos povos o alemão devia possuir um sangue próprio – Teuto: belo, cabelo louro (decorado como os romanos), olhos azuis, forte audácia" (HERDER 8º, 53). Essas observações de Kant explicam a razão para sua indicação de duas cores no território europeu, sendo apenas uma original do clima. Além da cor branca original, a existência da cor morena em solo europeu atesta a miscigenação dos grupos europeus e asiáticos, o que alterou as características originais do europeu, constatação que será decisiva no desdobramento da argumentação em sala de aula. Por enquanto, Kant sumariza essa diversidade de cores originais da seguinte forma: "os paralelos terrestres se diferenciam em cores" (HERDER 8º, 53). Com isso, a regra antropológica é confirmada com o apoio das diferentes pigmentações que a pele humana adquire, reservando novamente às cores

a função de traço manifesto da variedade admitidamente regrada das populações.

Como visto no *Ms Holstein*, o desdobramento dessa regra também segue nas notas em duas frentes de exame, na identificação das respostas imediatas da fisiologia humana à pressão ambiental e na conversão de algumas dessas respostas em traços constitutivos dos indivíduos. O verdadeiro desafio enfrentado em sala de aula é a perpetuação de contingências próprias a determinados grupos humanos e que não são compartilhadas pela espécie humana como um todo. No que seria a segunda seção da segunda parte das notas herderianas, Kant retoma a questão da causa da cor preta da pele humana. Ele avalia que “o moreno é produto do ar e sol; o preto não se imprime meramente pelo sol” e que a herança dessa cor se deve a uma reação fisiológica passada adiante e não a um anátema divino: “resposta do corpo reticular [que] é preenchido com uma cor semelhante a tinta (...). Outros atribuem isso à maldição de Cam, mas a cor não causa nenhum infortúnio” (HERDER 8º, 56). Essa transposição do problema da cor preta para o domínio da física empírica não resolve o problema básico sobre a ocorrência hereditária de algo tão contingente, embora de fato favoreça a sua circunscrição ao domínio investigável da natureza, entre aquilo que se tornou estrutural, como as quatro cores humanas básicas, e o que se mantém circunstancial, como as gradações delas em resposta imediata ao ambiente. “Preto é certamente diferente de moreno: mas durante um grande tempo a cor pode ser aprofundada pelo sol até o preto” (HERDER 8º, 56). Mediante um mecanismo desconhecido, a pressão ambiental continuada fez com que algo circunstancial como a cor morena tenha se convertido na cor negra estrutural própria dos africanos. Kant encontra confirmação para essa explicação na diferença entre negros e mouros: “mouros são árabes morenos da Mauritània” (HERDER 8º, 56), antigo reino que se situava na costa mediterrânea norte do território africano. Por sua vez, há duas outras ocorrências que chamam a atenção de Kant. A primeira é a existência do negro branco, “filho de dois negros. (...) têm olhos azuis como um morto, visão fraca, oftalmia” (HERDER 8º, 56). O exemplo aqui considerado é o caso clássico de albinismo. A segunda ocorrência é o fato de não existirem negros nas Américas, onde a luz e o calor solar são em grande parte abundantes e nos quais a cor estrutural é o vermelho acobreado e não o preto. A esse respeito, Kant conjectura que a causa pode ser encontrada ainda no ambiente, “em alguma propriedade da terra: alguns ingleses supõem a hulha da maresia; mas isso é completamente incerto” (HERDER 8º, 58).

Diante da força das primeiras migrações humanas e da inacessibilidade de certas regiões terrestres, dois pressupostos claramente admitidos por Kant, a pressão ambiental continuada sobre as populações teria, então, produzido a variedade de tipos humanos que são constatados no presente e que auxiliam na compreensão da história humana. Para Kant, como vimos em *O Único Argumento*, a explicação mais provável deve ser a mais simples e capaz de concatenar uma diversidade de eventos, de modo que toda essa variedade humana pode ser explicada em termos de “uma degeneração [*Ausartung*]” de um tipo original e, mais ainda, que “mediante eliminação o alinhamento [*Linie*] poderia ser possível” (idem, 56). Vimos que nos registros em *Dos Seres Humanos*, embora não solucionasse a causa básica da diversidade humana, a monogênese proporcionava um enquadramento natural para as observações sobre a diversidade de tipos humanos em termos de modificações dos traços originais compartilhados no passado por todos os indivíduos, traços que foram modificados em todas as populações, exceto nos europeus, que os teria parcialmente preservado. O que agora as notas testemunham é um segundo desdobramento da mesma tese, agora aplicada não para uma compreensão do presente com os olhos voltados para o passado, mas para uma reconfiguração do presente com vistas ao futuro mediante controle do processo degenerativo. Espelhando-se na influente obra de Maupertuis *Vênus Física* (cf. DORON, 2011, 785), citada nominalmente e discutida em sala de aula, Kant propõe com o auxílio da monogênese um experimento eugênico.

Kant constata que “os animais puxam [*nachschlachten*] muito dos seus progenitores” (HERDER 8º, 55). Há características, portanto, originalmente dadas e que são passadas adiante. Em seguida, uma comparação é proposta entre negros e animais: “o negro [não pertence ou não diz respeito] à nobreza humana, mas sim à nobreza equestre” (HERDER 8º, 55).⁹ Ou seja, a nota característica dos negros não é dada por suas competências intelectuais que qualificam a humanidade, mas por aquilo que na espécie humana é compartilhada com os animais e que ganha plena expressão entre os negros. Segundo a avaliação kantiana: “na procriação e na alimentação o ser humano é igual ao animal” (HERDER 8º, 55). Assim, visto que “mediante diferentes acasalamentos temos cães, por ex., o modo como o pug é feito, assim também com os seres humanos, entre os quais poderíamos observar o gênio” (HERDER 8º, 55). Esse experimento acompanha a ideia de Maupertuis, de que em um harém seria possível realizar sucessivos acasalamentos com o objetivo, segundo o jovem Kant, de “descobrir as raças humanas” (HERDER 8º, 55). A descoberta dessas raças não busca a satisfação de uma curiosidade científica. Uma vez detectadas se mostra possível a recuperação dos traços originais que foram

alterados e, com isso, a restauração num povo específico da perfeição característica da humanidade: “os esforços dos príncipes poderiam separar das raças que se mantiveram puras [*unvermisch*] as nobres ou de tipo mais forte e que dariam o gênero nobre” (HERDER 8º, 55).

A ideia fundamental que baseia esse experimento eugênico, de que os diferentes atributos humanos (físicos e anímicos) reagiram diferentemente à variação ambiental, costura as observações antropológicas anotadas por Herder. Se a vantagem dos negros reside exclusivamente em seu desempenho físico, eles não podem expressar o gênio humano, assim como os grupos ameríndios também não parecem pertencer à nobreza humana, por serem “talvez um estabelecimento tardio da natureza” (HERDER 8º, 58). Essas populações selvagens se encontram mais ou menos próximas da animalidade por uma razão clara, que Kant apresenta aos seus alunos numa nova regra geral: “a organização do corpo está ligada às disposições dos poderes de conhecimento para as necessidades da vida” (HERDER 8º, 60). Se o norte americano tem o olfato mais apurado que o europeu, se o hotentote vê mais e melhor, é porque neles predomina “o instinto animal puro, cuja agudeza eles certamente exercitam”. O que diferencia os selvagens dos civilizados não é tanto a existência do instinto animal, que em tese todos os espécimes de uma mesma espécie devem possuir, mas seu exercício preponderante em uma dada população em resposta às necessidades da vida que elas experimentam e que outras não.

Essa contingência, variável de povo para povo, leva Kant à consideração de que “talvez o ser humano possa ter tido no estado original muitos instintos que agora não são mais nossos” (HERDER 8º, 61). Pela contraposição que o professor apresenta nessa altura de seus comentários, *nossos* se refere aqui aos europeus e não aos seres humanos de modo geral. O instinto animal é menos exigido entre os civilizados, não porque a natureza seja aqui falha, mas sim devido a uma cultura limitante. Enquanto “os selvagens têm muita força (...), isso [que] é ensinado por meio de métodos de educação” (HERDER 8º, 61), Kant julga que “nossas crianças são múmias, faquires inamovíveis: que se tornam assim realmente rígidas; por isso aqueles dos europeus que se aproximam deles [dos selvagens] são também bem formados” (HERDER 8º, 61).

Aqui, Kant pondera, na esteira de sua leitura detida do pensamento rousseauísta (SANTOS, 2017), o que aparece como negativo na educação europeia diante da desenvoltura física dos povos periféricos. Quanto à contraparte intelectual desse mesmo problema, ele avalia que

tão logo nossas forças anímicas são direcionadas para a especulação, as restantes se enfraquecem: um camponês é tanto menos útil quanto mais enfraquecidos forem seus sentidos. Quanto mais forte o sentido interno etc., e nós não sabemos até onde o ser humano pode levar isso caso sua razão não seja exercitada (HERDER 8º, 60).

Kant examina a desproporção tanto da perspectiva das forças físicas quanto das forças anímicas. Se os selvagens têm seus atributos físicos tão desenvolvidos é porque as necessidades que os estimulam também os mantêm na vizinhança da vida animal e, então, à distância da vida propriamente humana. Já os europeus parecem padecer do problema inverso, seu sentido interno é notavelmente desenvolvido, o que os afasta muito dos seus instintos animais, a ponto de talvez tê-los minguido, mas sem que, apenas por isso, os tenha aproximado da condução racional. Sem esse diagnóstico do jovem Kant sobre os limites da civilização europeia, a sua proposição de um experimento eugênico que permita a identificação do verdadeiro gênio da humanidade perderia aqui todo sentido. É também por isso que a razão aparece destacada nessa nota herderiana. Nela a razão é admitida como contrapeso dos instintos em algo como um projeto educacional sugerido que combina o exercício harmonioso do corpo e do espírito e de que apenas as nações civilizadas seriam capazes. Pois, se os europeus têm a chance de reequacionar sua relação com seus corpos com a ajuda da razão, os selvagens se encontram em contextos bem mais desafortunados, que bloquearam o nascimento do desejo de conhecimento [*Wissbegierde*]: “aqueles nas zonas tórridas não possuem sensações finas: de ordenação, de beleza etc., meramente de necessidade, que, por intermédio da preguiça, é ainda reforçada. Isso predomina sobre todos os impulsos restantes nos negros e em todos os indianos” (HERDER 8º, 61).

No caso das populações periféricas, não se trata de um impedimento imediato, não menos contingente que a cor morena, sanável, portanto, com a ajuda de uma pedagogia do espírito, nos mesmos termos em que o europeu recobra sua cor saudável ao se repatriar. A explicação de Kant indica um bloqueio efetivo, uma eventualidade repetida a ponto de ser convertida em estrutura, situação análoga ao que se dá com a cor preta, e que agora impossibilita o pleno desenvolvimento intelectual dos selvagens. Aqui, degeneração assume o valor de degenerescência. Kant reforça que “na zona tórrida o entendimento amadurece antes, já aos 9 anos, mas ele logo se interrompe – a precocidade de algumas de nossas crianças também é passageira e com a idade não se produz nada além de pessoas estúpidas” (HERDER 8º, 60). Nessa observação precocidade e estupidez são termos correlatos e correspondem a um dado próprio da natureza, de exceção entre

os civilizados e de norma entre os selvagens. Não é que os selvagens não tenham entendimento, o que ocorre é que seu intelecto ficou por tanto tempo refém do fluxo de urgências preponderantemente animais que se impossibilitou o desenvolvimento do elemento propriamente racional. Mas não bastaria o rompimento desse ciclo desgraçado para que os indivíduos, todos, retomem a via régia da humanidade?

Kant responde sem economizar nas tintas em seu retrato desfavorável dos negros:

Além da preguiça, os negros são muito infantis. São postos para trabalhar meramente por coação. Alegam-se com infantilidades, cornetas, potes de cobre, anéis; são os mais mal-educados, [fazem] tudo por imitação e nunca por uma competência própria. Hume pede algum exemplo disso. Eles devem, portanto, ter algum defeito essencial na *característica principal da humanidade* (HERDER 8º, 61. Itálico adicionado).

Embora Kant não enuncie nessa passagem qual seria a característica principal da humanidade, é fácil supor que se trata aqui da razão. Esse ponto é confirmado num outro grupo de anotações herderianas, agora do curso de Kant sobre metafísica, entre as quais encontramos a seguinte afirmação: “nenhuma perfeição [*Vollkommenheit*] pode ser pensada, mesmo segundo o conceito comum, sem relação com um ser pensante e racional: uma relação com seres racionais é assim uma exigência disso” (V-Met/Herder, 28: 50). Vimos que Kant recorreu no *Ms Holstein* ao conceito de perfeição para organizar os diferentes grupos humanos, e se esse termo metafísico não figura nas notas herderianas sobre geografia física é porque Kant o substituiu nesse caso por seu correlato anímico, capaz de realçar o aspecto intelectual investigado sem, contudo, enfraquecer em nada seu significado metafísico. É ainda em vista do conceito metafísico de perfeição que a razão humana é considerada nas notas herderianas sobre geografia em suas diferentes declinações étnicas. E se essas declinações mais ou menos perfeitas da razão se apresentam de modo hierárquico, entre sua expressão essencialmente defeituosa nos negros e sua expressão superior nos europeus, é apenas porque todas elas são autorizadas pela ideia de perfeição aplicada à espécie humana.¹⁰

Essa constatação kantiana da inferioridade dos negros não visa à confirmação da autoridade da tese humiana (HUME, 1994, 86nf). Dado que a comparação entre os grupos humanos já era proposta na Parte III do manual, inclusive com o recurso ao termo caráter, Kant parece aproveitar a avaliação humiana apenas para legitimar a abordagem inovadora do seu

curso de geografia física no campo da “antropologia comparada, ímpar na Alemanha da época e que já supunha uma singular ampliação da perspectiva da psicologia empírica wolffiana” (DUMOUCHEL, 1999, 67). Essa explicação de Dumouchel, direcionada à compreensão das *Observações*, serve, na verdade, para o reconhecimento da novidade trazida pela etnografia kantiana, que a discussão humiana dos caracteres nacionais apenas auxiliava a consolidar no início da década de 1760.

Essa correção também revela que Kant não repercute descuidadamente o ambiente racista cristalizado na suspeita de Hume sobre as competências intelectuais dos negros. Diferente do que a crítica especializada buscou defender, inclusive com certa obstinação, temos observado que Kant já possuía nesse período uma concepção antropológica suficientemente independente para sustentar seus próprios achados. Mesmo partindo de um arranjo teórico bastante distinto – Hume lança sérias dúvidas sobre a teoria clássica dos climas (HUME, 1994, 80) –, Kant chega a uma conclusão semelhante à que ele descobre no filósofo escocês, o que valeu uma menção sua em sala de aula e, pouco depois, no ensaio sobre estética pelo qual sua fama se confirmaria. Dizendo de outro modo, a parte referente ao caráter das nações nas notas de Herder, que começa logo após a aparição de Hume e sem uma apreciação teórica direta de Kant a esse respeito, atesta a execução de um programa independente de pesquisa antropológica que se vincula aos princípios filosóficos enunciados em *O Único Argumento*. E mais ainda, que a orientação desse programa é deliberadamente eurocêntrica e pautada numa teoria racial em curso de desenvolvimento.

O racismo do jovem Kant

Antes mesmo que o público erudito reconhecesse nos ensaios *O Único Argumento* e *Observações* a marca de um grande intelectual, Kant já era admirado e querido por seu talento didático aliado à sua erudição. Um dos seus primeiros alunos nos conta que a sala onde a primeira aula de Kant ocorreu se encontrava “apinhada de seus estudantes até o vestíbulo e as escadas, o que lhe intimidou (...), mas isso apenas aumentou nossa admiração por ele” (BOROWSKI, 1985, 29). Borowski explica a razão para semelhante estima assim: “Kant era extremamente diligente com seus amigos. Ele se cercava em especial de jovens. Eu mesmo devo a ele a boa direção que minha carreira tomou, e muitos dos meus camaradas da época lhe devem o mesmo reconhecimento” (BOROWSKI, 1985, 20). Essa dedicação se estendia aos seus cursos, os quais, segundo o biógrafo, “consistiam de exposições livres e que davam lugar a gracejos e humor”, e,

não menos importante, Kant “evitava com cuidado em suas exposições tudo aquilo que poderia ser *danoso à juventude*” (BOROWSKI, 1985, 30. Itálico adicionado).

Esse vívido retrato explica o deslumbramento que Herder pôde experimentar durante sua formação intelectual ao lado de Kant. E Herder aqui é apenas um exemplo privilegiado de tantos outros alunos que tiveram suas trajetórias intelectuais marcadas pelas lições kantianas. Para o bem, mas também para o mal. É certo que o racismo presente em algumas observações encontradas na *Teoria do Céu* (SANTOS, 2020) teve um impacto bastante reduzido na mentalidade da época devido ao infortúnio editorial que manteve por muito tempo esse importante ensaio longe do grande público. O mesmo não pode ser dito dos cursos sobre geografia, que viram um afluxo sempre renovado de alunos até a aposentadoria de Kant em 1796, e nos quais, ao menos até a década de 1760, o então jovem *Privatdozent* difundiu entre seu alunado, de modo declarado, uma série de preconceitos próprios da mentalidade iluminista.

As notas herderianas sobre geografia física são um exemplo demonstrado de que o primeiro esboço kantiano de uma teoria racial se baseia em princípios racistas com pretensões colonialistas. Se o enaltecimento do poderio intelectual e militar dos europeus no *Ms Holstein* não autoriza uma leitura diferente, as notas são ainda mais eloquentes na proposição de um experimento eugênico com o objetivo de descobrir (no sentido de criar mediante intervenção) o gênio humano. Para Kant, esse gênio não pode ser encontrado entre os selvagens, “que vivem penosamente” (HERDER 8º, 64), e certamente não entre os negros, indiligentes. Surpreende, inclusive, que a coerção seja avaliada nesse período pelo seu favorecimento na delimitação teórica da pesquisa racial e não pela imoralidade da escravatura: “os mouros, assim como todo habitante das zonas quentes, têm uma pele grossa, de modo que eles não são chicoteados com chibata e sim com bastões divididos, caso sejam castigados, para que o sangue encontre uma saída e não supure sob a pele grossa” (V-PG/Holstein, 26: 89). Esta informação mobilizada por Kant no seu exame da fisiologia tegumentar humana é anotada por Herder, só que agora direcionada à caracterização da população negra: “os negros do Senegal são os mais pretos e os melhores: - a pele é delicada como veludo, mas grossa (por isso eles não são chicoteados com uma, mas com várias chibatas); quanto mais ao sul, tanto mais preto, por ex., hotentotes” (HERDER 8º, 54).

Estas observações evidenciam o enraizamento preconceituoso em que se fundamenta a visão de mundo do jovem Kant (HUND, 2011, 79). Diante dessa constatação, o questionamento não é sobre a existência ou

não de preconceitos racistas no pensamento kantiano dessa época, mas sobre a natureza de seu evidente racismo. Isto é, se suas observações racistas se restringiam ao *giftiger Zeitgeist* ou se, ao contrário, seguiam em conformidade com seu projeto filosófico. O que devemos averiguar, mesmo se brevemente, é se à época dessas observações havia alguma alternativa a essa orientação racista e, além disso, se ela encontrava respaldo, e não apenas repercussão, na filosofia kantiana em formação.

Quanto à primeira parte da pergunta, podemos nos limitar à apresentação de dois casos históricos. Diferentemente do que Kant dá a entender em seu ceticismo sobre o desempenho intelectual dos negros, o ambiente erudito da Prússia setecentista conheceu, ao menos, um intelectual negro de envergadura. Anton Wilhelm Amo, traficado de Gana para a Europa com apenas três anos de idade, ganha a proteção da casa Braunschweig-Wolfenbüttel e com vinte e três anos inicia seus estudos na universidade de Halle, onde defende uma tese em direito romano sobre os direitos dos mouros na Europa (SMITH, 2015, 210). Em seguida, já como professor, conta com duas passagens pelas universidades de Wittenberg e Jena, nas quais defende outras duas teses em metafísica. Com a morte de seus protetores e devido à escalada da xenofobia nas universidades alemãs na segunda metade do século XVIII (SMITH, 2015, 213), Anton retorna à África e, a partir de então, pouco se soube sobre sua vida.

Esses breves dados biográficos sobre um intelectual africano em solo prussiano sugerem que, dificilmente, um professor negro, defensor da filosofia leibniziana no coração do pensamento pietista como era Halle, passaria despercebido dos círculos eruditos da época; em especial de Kant, "cujas visões foram forjadas em um amplo contexto pietista" (SMITH, 2015, 229). Tenhamos ou não razão em ver nas críticas kantianas sobre os negros algo mais que um endosso da opinião humiana, fato é que encontramos na figura e na obra filosófica de Amo um notável contraexemplo cuja presença em solo europeu desafiou a mentalidade racista que se formava na cultura acadêmica prussiana, ao mesmo tempo em que revela a existência de um ambiente acadêmico minimamente receptivo a não brancos na primeira metade do século XVIII.

Amo não foi um exemplo solitário. Em 1808, respondendo às mesmas dúvidas levantadas por Hume e outros, Grégoire publica *Da Literatura dos Negros*, cuja dedicatória é direcionada a uma lista parcial de quase três centenas de defensores dos negros (GRÉGOIRE, 1808, vi-xvi). Aqui, Grégoire faz coro com esse extenso grupo, disputando em nove capítulos a tese tradicional sobre a inferioridade intelectual e moral dos negros. Nesse particular, o capítulo oito apresenta a vida e obra de quatorze intelectuais negros, que tiveram suas vidas atravessadas pela escravatura durante os

séculos XVII e XVIII. Entre eles aparecem a figura de Amo e, também, a de Abram Hannibal, esse último um homem negro acolhido sob a proteção do Tzar Pedro, o Grande, e posteriormente tornado major general condecorado do exército russo em 1742 por Elisabeth da Rússia (BLAKELY, 1986, 23). Admitido o contato estreito que Kant estabeleceu com o círculo militar russo durante a ocupação russa de Königsberg entre 1758 e 1762, é difícil imaginar que a figura proeminente de Hannibal não tivesse chegado aos seus ouvidos em algum dos salões que frequentava então.

Hannibal também aparece como um importante contraexemplo da mentalidade racista que dominava a segunda metade do século XVIII. Junto de Amo, ambos afixam os defensores da causa dos negros. Conhecidos ou não, eles encarnam uma não menos potente visão de mundo, não menos europeia, que se define por sua recusa dos princípios racistas. A existência dessa contracorrente intelectual durante a formação das ideias iluministas põe em xeque a tese, sempre retomada, de que o pensamento racial de Kant sucumbiria forçosamente ao racismo vigente por simples ausência de alternativas. A obra de Grégoire mostra que o pensamento racista que pervade a mentalidade europeia no início do século XIX é fruto de compromissos racistas que foram deliberadamente firmados durante o século XVIII (POPKIN, 1974, 254) e que, ao menos num período inicial, o jovem Kant foi um dos seus signatários.

O breve exame de *O Único Argumento* acima realizado basta para revelar a natureza desse pacto no pensamento do jovem Kant. Não se trata de observações racistas, desafortunadas ou brutais, restritas à sala de aula. Não fosse suficiente o sucesso do curso de geografia física durante toda a década de 1760, os preconceitos kantianos ali divulgados encontraram apoio no programa de pesquisa que *O Único Fundamento* formulou, alcançando, assim, o grande público, algo que as *Observações* reforçariam em breve. O emprego kantiano no domínio da geografia física dos conceitos de contingência e perfeição demonstra que a hierarquia entre as populações admitida em sua proto teoria racial é alimentada e autorizada por seus princípios filosóficos mais básicos. Assim, mesmo se reforçado pelo ambiente racista que o envolve, o jovem Kant age de modo independente e fundamentado em sua investigação racial, e suas opiniões preconceituosas a respeito das raças não brancas, em especial a raça negra, não mascaram uma vítima. A rigor, elas revelam o veneno que seu projeto filosófico pré-crítico também destilou.

Conclusão

Sabemos que o primeiro, e principal, artífice da conversão científica do conceito de raça foi Kant, que operacionalizou o conceito de raça no domínio das ciências com os seus três ensaios raciais. Foi ele “quem deu ao conceito uma definição suficiente para que seus utilizadores subsequentes acreditassem tratar de algo cujo status científico poderia ao menos ser debatido” (BERNASCONI, 2001, 11. Cf. também LAGIER, 2004 e MILLS, 2014). No presente artigo procurei lançar luz sobre os esforços iniciais de Kant nessa direção, os quais, como foi mostrado, antecedem em duas décadas sua formulação propriamente científica. Ao denominar os primeiros resultados do seu notável empenho de *proto teoria racial*, pretendi destacar a coesão entre os elementos teóricos, embasados filosoficamente, de sua pesquisa antropológica inicial. Embora não empregue rigorosamente o conceito de raça, Kant aborda sistematicamente a diferença manifesta de pigmentação da pele humana para a compreensão da diversidade física e moral das populações humanas. Assim, para o jovem Kant, a cor da pele viabilizava um *experimento*.

Podemos entender sua importância duplamente. A tipificação antropológica que emerge das primeiras observações etnográficas kantianas, longe de ser episódica, demonstra uma organização metódica da literatura naturalista e, sobretudo, um diálogo com as ciências no que se refere aos fenômenos antropológicos ali endereçados. Se aceitarmos que a fortuna científica do conceito kantiano de raça reside em sua admissão da hereditariedade (MCLAUGHLIN, 2007, 280), teremos de reconhecer a posição estratégica da proto teoria das raças humanas. A mobilização teórica que Kant realiza, em especial na subseção *Dos Seres Humanos*, tem por objetivo principal entender a transmissão de características acidentais e não menos constantes. Circunspecto, Kant não chega a sugerir uma *infallibilidade* nessa transmissão, como será mais tarde postulado (BBM, 8: 99-101). Mas ele de fato recorre a um vocabulário técnico, que ele altera sugestivamente, para explorar a ideia de um regramento de eventualidades. É isso o que *O Único Argumento* propõe quando a potencial intervenção divina na natureza apenas confirma a circunscrição do conceito de contingência ao exame dos efeitos da interação (sempre parcimoniosa) das regras naturais. A rigor, é da perspectiva dos desígnios do Criador, não de sua execução, que os efeitos contingentes podem ser avaliados como perfeitos. Que existam populações diferentes e que suas diferenças sejam adquiridas em resposta à diversidade ambiental e conservadas no interior de cada grupo por algum mecanismo natural ainda desconhecido, nada nessa contingência da natureza sugere qualquer lapso do plano divino. Ao seu modo, todas as populações exprimem a perfeição do Criador porque,

no limite, suas diferenças revelam a ação concatenada da natureza, o fenômeno da hereditariedade sendo uma prova desse regramento.

O segundo aspecto, agora infame, do experimento racial concerne à reavaliação das perfeições que podem ser atribuídas às populações. Do ponto de vista topográfico, a adaptação ambiental exprime o mecanismo fisiológico natural que possibilita a vida humana em toda superfície terrestre. Nesse caso, não há nada a ser reprovado na série de alterações naturais na compleição humana. Admitido, porém, o parentesco entre todos os indivíduos como uma exigência da economia de princípios, essas alterações são pensadas sob o signo da degeneração de um tipo original, que teve suas características mais ou menos conservadas segundo as diferentes fortunas das populações. Visto que, para o jovem Kant, a perfeição da espécie humana encontra sua nota característica no elemento intelectual, as diferentes trajetórias das populações podem ser medidas na experiência variada que elas fazem do intelecto, esse segundo marcador sendo, então, usado na proposição de um tipo humano superior capaz de realizar o télos da espécie. A diferenciação que Kant discerne nas populações segundo as cores da pele serve à proposição deste fim, não a uma constatação indiferente da diversidade humana ou a um desabono da fisiologia pigmentar, mas a uma censura daquilo que por elas é sinalizado. Que a miscigenação obstrui a realização do potencial da espécie humana, o qual encontra sua plena expressão nas características ainda puras da raça branca europeia.

A questão racial emerge no pensamento kantiano intimamente ligada a esses dois aspectos científicos de um experimento, e é a partir dele que devemos examinar as próximas duas décadas de pesquisa racial que culminarão na primeira formulação amadurecida da teoria das raças em 1775. Se esse demorado exame kantiano sobre a diversidade e unidade da espécie humana confirmará a manutenção desses dois aspectos gerais ou, talvez, a conservação mais ou menos preponderante de alguns dos seus elementos, isso apenas a investigação dos cursos de geografia física lecionados na década de 1770 poderá demonstrar. O que sabemos agora, e com segurança, é que o problema das raças foi seriamente tratado pelo jovem Kant, como prova de modo convincente sua proto teoria racial.

Notas

¹ Professor visitante da Universidade Federal de Lavras

² As obras de Kant serão referenciadas no corpo do texto segundo seus títulos e suas abreviações consolidados em português. Será empregado para todas as citações o sistema de abreviações preconizado pela Kant-Forschungsstelle JGU-Mainz, acompanhado do tomo e da paginação, assim: *Determinação do Conceito de uma Raça Humana* – (BBM, 8: 91).

³ Sobre a difícil avaliação da orientação racista do pensamento kantiano, a crítica especializada se organizou até o momento em dois grupos básicos de interpretação, aquelas leituras que rejeitam a imputação de racismo ao pensamento kantiano, como no caso de Lagier (2004, 4), e aquelas cada vez mais numerosas que reconhecem semelhante orientação. Esse segundo grupo pode ser ainda subdividido em três outros mais circunscritos em suas teses básicas. Há leituras que identificam no próprio desenvolvimento do projeto filosófico kantiano seu compromisso com a orientação racista da mentalidade europeia, esse é o caso de Bernasconi (2001) e de Mills (2014). Há, ainda, leituras que, admitido semelhante compromisso, veem na filosofia crítica algo como uma descontaminação progressiva da mentalidade racista em Kant ou, mesmo, um demorado processo terapêutico do juízo kantiano conduzido pela formulação dos princípios críticos mais fundamentais do cosmopolitismo, como advoga Kleingeld (2007). Por fim, há leituras que asseveram a existência da orientação racista no pensamento kantiano, sem que isso, contudo, tenha contaminado a fundação e o desenvolvimento da filosofia kantiana, como defende Terra (2010). Para uma classificação alternativa, mas não incompatível com a minha, cf. Mills (2014, 148). O que todas essas linhas de pesquisa possuem em comum é o fato de suas distintas avaliações sempre partirem de algum texto kantiano da década de 1760, sem, por conseguinte, nunca considerarem que a orientação racista do jovem Kant nessa época nada inaugurava propriamente, mas sim afirmava uma proposição teórica sugerida bem antes, na Terceira Parte da *Teoria do Céu* (cf. SANTOS, 2020). Essa minha hipótese não teria sido formulada sem uma discussão contínua e sempre rigorosa no Grupo de Filosofia Política da Unicamp coordenado pela Professora Yara Frateschi e, não menos importante, também é muito e de diversas formas devedora ao Professor Ricardo Terra, a quem esse ensaio é dedicado.

⁴ Kant reelaborará este ponto, no segundo ensaio sobre as raças, em termos de isolamento geográfico, afirmado então como a primeira das duas razões para a admissão de apenas quatro diferentes classes de seres humanos em referência à sua diversidade de cores da pele (BBM, 8: 93).

⁵ É interessante notar que essa linha de explicação será recusada na crítica de Kant a Georg Forster no final da década de 1780 e que, nesses termos, o experimentado filósofo enfrentará sua própria sombra projetada na figura do famoso naturalista (ÜGTP, 8: 170-2).

⁶ A envergadura do pensamento racial do jovem Kant pode ser medida neste ponto de fuga proposto no interior da explicação degeneracionista, pois, já aqui, a ideia de uma constância fisiológica herdada põe limites ao recurso explicativo exclusivo a causas eficientes (cf. LAGIER, 2004, 68-76).

⁷ A ideia de *experimento* aqui deve ser vista em linha de conformidade com o que Kant explicitará em meados de 1780, que a transmissão infalível de certas características adquiridas, a cor da pele, por exemplo, é o que “nos pode orientar com segurança na aplicação desse conceito [de raça] (...)” (BBM, 8: 100).

⁸ As notas de Herder de geografia física seguem ainda sem publicação. No entanto, elas se encontram disponíveis para consulta no sítio permanente da Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften: [basefile, documentation, Physische Geographie, IK \(bbaw.de\)](http://basefile.documentation.Physische_Geographie_IK.bbaw.de). As notas de geografia consistem de 98 páginas manuscritas, divididas em dois grupos, 4º e 8º. Exceto pelas observações introdutórias encontradas no grupo 4º, todas as notas restantes referentes aos seres humanos se encontram no grupo 8º. Para facilitar a consulta desse material online, citarei apenas o grupo ao qual pertence a passagem em questão e a página do manuscrito, assim: (HERDER 4º, 157). Para uma discussão sobre o manejo e a confiabilidade das notas herderianas, cf. Naragon (2015).

⁹ Essa comparação de Kant entre negros e cavalos não é de modo algum fortuita. Ela, na verdade, ecoa o emprego inicial do termo raça que, segundo Geulen, ocorre no século XV e em dois contextos: “na descrição de famílias nobres poderosas ou dinastias dominantes e na criação de cavalos” (GEULEN, 2014, 14). O fato de Kant destacar precisamente nessas notas a verdadeira nobreza a ser mantida dos antepassados confirma seu conhecimento dessa ambivalência terminológica da raça: “deveria ser possível produzir naturalmente (não socialmente) a nobreza humana” (Herder 8º, 55).

¹⁰ A dúvida levantada por Stark, portanto, “se Kant de fato sustentou a existência de uma ordem hierárquica natural das diferentes populações humanas em uma preleção oral” (STARK, 2011, p. 96), não procede. A ligação entre perfeição e humanidade presente nas notas de Herder confirma a existência de uma hierarquia natural entre as raças no pensamento kantiano anterior à década de 1770. Podemos disputar seu valor ou sentido em face da concepção kantiana, pré-crítica ou crítica, de humanidade, mas é inequívoco que, ao menos para o jovem Kant, a tipificação das populações humanas foi orientada por uma hierarquização das suas competências físicas e anímicas.

Referências bibliográficas

ADICKES, E. *Kant als Naturforscher*. Vol. II. Berlin: De Gruyter, 1925.

BANTON, M. “The Vertical and Horizontal Dimensions of the Word Race”, *Ethnicities*, vol. 10, n. 1 (2010), pp. 127-9.

BERLIN-BRANDENBURGISCHE AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN. Immanuel Kant: *Vorlesungen über Physische Geographie*, 2021. Herder 4o e 8o. Disponível em: <basefile, documentation, Physische Geographie, IK (bbaw.de)>. Acesso em: 29 de out. de 2021.

BERNASCONI, R. "Who Invented the Concept of Race? Kant's Role in the Enlightenment Construction of Race". In: BERNASCONI, R. (org.). *Race*. Oxford: Blackwell, 2001.

BLAKELY, A. *Russia and the Negro: Blacks in Russian History and Thought*. Washington: Howard University Press, 1986.

BOROWSKI, L. E. "Description de la Vie et du Caractère d'Emmanuel Kant". In: MISTLER, Jean. (trad.). *Kant Intime*. Paris: Bernard Gasset, 1985.

DORON, C.-O. *Races et Dégénérescence. L'Émergence des Savoirs sur l'Homme Anormal*. Université Paris-Diderot – Paris VII, 2011.

ERDMANN, B. (org. e introd.). *Reflexionen Kants zur Anthropologie*. Leipzig: Fues's Verlag, 1882.

GEULEN, C. *Geschichte des Rassismus*. 2a Ed. München: C. H. Beck, 2014.

GRÉGOIRE, H. *De la Littérature des Nègres*. Paris: Maradan, 1808.

HERDER, J. G. *Ideen zur Geschichte der Menschheit*. 3 Bände. Hg. Julian Schmidt. Leipzig: Brockhaus, 1869.

HUME, D. *Political Essays*. Trad. K. Haakonssen. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HUND, W. D. "It must come from Europe: The Racisms of Immanuel Kant". In: HUND, W. et al (org.). *Racisms made in Germany*. Viena: LIT, 2011.

HUNEMAN, P. "L'Unité de *L'Unique Fondement*: Théologie et Philosophie Naturelle". In : LANGLOIS, L. (org.). *Années 1747-1781: Kant avant la Critique de la Raison Pure*. Paris: Vrin, 2009.

KANT, I. *Gesammelte Schriften*: herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. 29 vols. Berlin: Walter de Gruyter, 1900-.

KANT, I. *L'Unique Argument Possible pour une Démonstration de l'Existence de Dieu*. Trad. e intr. R. Theis. Paris: Vrin, 2001.

KLEINGELD, P. "Kant's Second Thoughts on Race", *The Philosophical Quarterly*, vol. 5, n. 229 (2007), pp. 573-592.

LAGIER, R. *Les Races Humaines selon Kant*. Paris: PUF, 2004.

MCLAUGHLIN, P. "Kant on Heredity and Adaptation". In: MÜLLER-WILLE, S.; RHEINBERGER, H.-J. (orgs.). *Heredity Produced: At the Crossroad of Biology, Politics, and Culture, 1500-1870*. Cambridge: The MIT Press, 2007.

MILLS, C. "Kant and Race, Redux", *Graduate Faculty Philosophy Journal*, vol. 35, n. 1-2 (2014), pp. 125-157.

NARAGON, S. "Reading Kant in Herder's Lecture Notes". In: CLEWIS, Robert (org.). *Reading Kant's Lectures*. Berlin: De Gruyter, 2015.

POPKIN, R. "The Philosophical Basis of Eighteenth-Century Racism", *Studies in Eighteenth-Century Culture*, vol. 3 (1974), pp. 245-262.

SANTOS, L. R. R. "A Raiz Rousseauísta da Antropologia Física de Kant", *Estudos Kantianos*, vol. 5, n. 2 (2017), pp. 125-146.

SANTOS, L. R. R. "O que a *Teoria do Céu* tem a dizer sobre as Raças (mas que o Jovem Kant não declara)?", *Studia Kantiana*, vol. 18, n. 2 (2020), pp. 83-107.

SMITH, J. *Nature, Human Nature, & Human Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

STARK, W. "Historical and Philological References on the Question of a Possible Hierarchy of Human "Races," "Peoples," or "Populations" in Immanuel Kant – A Supplement". In: ELDEN, S.; MENDIETA, E. (orgs.). *Reading Kant's Geography*. Albany: SUNY Press, 2011.

TERRA, R. "Kant Racista?". In: REIS, R.; FAGGION, A. (org.). *Um Filósofo e a Multiplicidade de Dizeres*. Campinas: Unicamp/CLE, 2010.

Received/Recebido: 31/01/2022
Approved/Aprovado: 27/07/2023